



1 Às nove horas do dia nove de março de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",  
3 sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ALOISIO**  
4 **CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ**  
5 **GUIMARÃES E SÉRGIO LEÃO** e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da  
6 Resolução Administrativa nº 07/2017 de 09.02.2017; presença da Procuradora Geral do Ministério  
7 Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o  
8 Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária  
9 realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência  
10 deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a*  
11 *presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com*  
12 *justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocado o Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA**, para  
13 apresentar proposta de Decisão nos termos do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno desta  
14 Corte. Houve votação e aprovação das Atas das Sessões Ordinárias nº 09, 10, 11 e 12/2017. Em  
15 sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os  
16 processos: **Processo nº 201605261-00; Fundo Municipal de Saúde de Porto de Moz;**  
17 **Agravo de Instrumento** contra o Despacho de Inadmissibilidade do Recurso Ordinário  
18 referente ao Acórdão nº 28.304 (**Juízo de Admissibilidade - 2007**); Responsável: Marizete  
19 Barros Muniz; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Advogado: João Luis Brasil Batista Rolim de  
20 Castro (OAB/PA nº 14.045); **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo  
21 dispositivo regimental, a Conselheira Mará Lúcia proferiu seu VOTO pelo não conhecimento do  
22 agravo, nos termos do Art. 268 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A  
23 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento  
24 do Agravo, com a manutenção da decisão anterior (Acórdão nº 30.117). Ausência, por ocasião da  
25 votação, dos Conselheiros Aloisio Chaves e Jose Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Cezar  
26 Colares. **Processo nº 983992007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de**  
27 **Parauapebas; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 29.513, de  
28 06/10/16 (**Juízo de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo - 2007**);  
29 Responsável: José das Dores Couto; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
30 Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº**  
31 **33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia  
32 apresentou ao Plenário, para conhecimento, sua decisão monocrática de admissibilidade do  
33 Pedido, com efeito suspensivo, nos termos do Art. 269 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em**  
34 **discussão. Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares diverge da concessão de efeito  
35 suspensivo. O Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou a Relatora, na íntegra. Os Conselheiros,  
36 José Carlos Araújo, Antônio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam a divergência.  
37 Abstenção do Conselheiro Aloisio Chaves. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
38 **unanimidade** decidiu pela admissibilidade do Pedido de Revisão. **Por maioria**, decidiu não  
39 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Acórdão nº 30.118). Vencidos os



40 Conselheiros, Daniel Lavareda e Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
41 Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201503855-00;**  
42 **Prefeitura Municipal de Viseu; Pedido de Revisão (Juízo de Admissibilidade - 2005);**  
43 Responsável: Luis Alfredo Amin Fernandes; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
44 Advogado: Nicholas Alexandre Campolungo (OAB/PA nº 6.700); Publicado no DOE nº 33.326,  
45 de 06.03.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Antonio José Guimarães  
46 submeteu ao Plenário sua proposição de negativa de conhecimento do Pedido, nos termos do  
47 parágrafo único, do Art. 271 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência  
48 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a decisão do Conselheiro  
49 Relator pela negativa de conhecimento do Pedido (Acórdão nº 30.119). Presidência do  
50 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 840012005-00; Prefeitura Municipal de**  
51 **Tucuruí; Prestação de Contas – 2005;** Responsável: Claudio Furman; Instrução: 7ª  
52 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:  
53 Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo  
54 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
55 se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e  
56 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**  
57 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
58 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas,  
59 com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com  
60 aplicação de multas (Resolução nº 12.934). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão  
61 da aplicação de multas. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
62 **1060012008-00; Prefeitura Municipal de Uruará; Prestação de Contas - 2008 (Contas**  
63 **de Governo);** Responsável: Eraldo Sorge Sebastião Pimenta; Instrução: 2ª Controladoria;  
64 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares;  
65 Advogado/Contador: Raimundo Rafic Salomão; **Publicado no DOE nº 33.326, de**  
66 **06.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1060012008-00; Prefeitura Municipal de**  
67 **Uruará; Prestação de Contas - 2008 (Contas de Gestão);** Responsável: Eraldo Sorge  
68 Sebastião Pimenta; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina  
69 Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Raimundo Rafic Salomão;  
70 **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**  
71 **840012007-00; Prefeitura Municipal de Tucuruí; Prestação de Contas – 2007;**  
72 Responsável: Cláudio Furman; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria  
73 Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Raimundo Edson A.  
74 Santos; **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
75 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de  
76 parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
77 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
78 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com



79 aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual  
80 (Resolução nº 12.935). Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. Presidência  
81 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 870012007-00; Prefeitura Municipal de**  
82 **Xinguara; Prestação de Contas – 2007;** Responsável: José Davi Passos; Instrução: 2ª  
83 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar  
84 Colares; Contador: Anselmo de Oliveira Freitas (CRC/Pa nº 9.348); **Publicado no DOE nº**  
85 **33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
86 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das  
87 contas, com aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
88 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
89 são de parecer prévio pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o  
90 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 12.936).  
91 Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. Presidência do Conselheiro Daniel  
92 Lavareda. **Processo nº 240022008-00; Câmara Municipal de Castanhal; Prestação de**  
93 **Contas – 2008;** Responsável: Celso Saliba Ribeiro; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério  
94 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE**  
95 **nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
96 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada  
97 **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:  
98 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de  
99 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.120). Ausência, por ocasião da  
100 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
101 **Processo nº 80022014-00; Câmara Municipal de Ananindeua; Prestação de Contas –**  
102 **2014;** Responsável: Francilda Pereira da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:  
103 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Kleber  
104 da Cunha Ota; **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo  
105 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
106 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
107 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
108 regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.121). Ausência,  
109 por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo Presidência do Conselheiro Daniel  
110 Lavareda. **Processo nº 310022013-00; Câmara Municipal de Gurupá; Prestação de**  
111 **Contas – 2013;** Responsável: Benedito Monteiro de Oliveira; Instrução: 1ª Controladoria;  
112 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;  
113 **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
114 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,  
115 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.  
116 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das  
117 contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.122). Ausência, por ocasião da



118 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
119 **Processo nº 714502010-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**  
120 **de Santarém; Prestação de Contas – 2010;** Responsável: Ana Elvira de Mendonça Alho  
121 Teixeira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;  
122 Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Advogado/Contador: Raimundo da Silva Peleja; **Publicado no**  
123 **DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
124 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria  
125 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou  
126 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão de  
127 Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.123). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José  
128 Carlos Araújo Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 714842010-00;**  
129 **Secretaria Municipal de Habitação de Santarém; Prestação de Contas – 2010;**  
130 Responsável: Humberto de Abreu Frazão Netto; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:  
131 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia;  
132 Advogado/Contador: Raimundo da Silva Peleja; **Publicado no DOE nº 33.326, de**  
133 **06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
134 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa. A  
135 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
136 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com  
137 ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 30.124). Ausência, por ocasião da votação, do  
138 Conselheiro José Carlos Araújo Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
139 **802212012-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Boa Vista;**  
140 **Prestação de Contas – 2012;** Responsáveis: Neuzila de Matos Pereira e Cléia Carvalho Pereira;  
141 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
142 Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Márcio Eduardo Rayal da Costa; **Publicado no**  
143 **DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
144 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria  
145 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou  
146 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com  
147 recolhimento, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público  
148 Estadual (Acórdão nº 30.125). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos  
149 Araújo Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 183282010-00; Fundo**  
150 **Municipal de Assistência Social de Breves; Prestação de Contas – 2010;** Responsável:  
151 José Antônio Azevedo Leão; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria  
152 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Alan Nazareno Pantoja  
153 dos Santos; **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental,  
154 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das  
155 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
156 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das



157 contas, com emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.126). Ausência, por ocasião da  
158 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
159 **Processo nº 824082012-00; Fundo Municipal de Educação de Soure; Prestação de**  
160 **Contas – 2012;** Responsáveis: Rosilea Felipe Brito e Jocelma Craveiro Figueiredo; Instrução: 2ª  
161 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar  
162 Colares; **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**  
163 **1144402014-00; Fundo Municipal de Saúde de Goianésia do Pará; Prestação de**  
164 **Contas – 2014;** Responsável: Natalia Simon Pugnali Garcia; Instrução: 2ª Controladoria;  
165 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares;  
166 **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
167 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,  
168 com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada  
169 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:**  
170 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e  
171 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.127).  
172 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro  
173 Daniel Lavareda. **Processo nº 273972008-00; Fundo Municipal de Saúde de Conceição**  
174 **do Araguaia; Prestação de Contas – 2008;** Responsáveis: Domingas Alves de Souza e Rufino  
175 Amorim Paracampos; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina  
176 Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.**  
177 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
178 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
179 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
180 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação  
181 (Acórdão nº 30.128). Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloisio Chaves e José  
182 Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 333982011-00;**  
183 **Fundo Municipal de Saúde de Igarapé-Miri; Prestação de Contas – 2011;** Responsável:  
184 Roberto Pina Oliveira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina  
185 Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Fábio Pantoja de Souza;  
186 **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
187 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A  
188 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
189 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com  
190 ressalvas, e emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.129). Ausência, por ocasião da  
191 votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**  
192 **nº 452112012-00; Fundo Municipal de Saúde de Melgaço; Prestação de Contas –**  
193 **2012;** Responsável: Ivonete do Socorro Ribeiro da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério  
194 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares;  
195 Contador: William Farias da Costa (CRC nº 10446/Pa); **Publicado no DOE nº 33.326, de**





196 **06.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 134272013-00; Fundo Municipal do Direito**  
197 **da Criança e Adolescente de Barcarena; Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Maria  
198 Lúcia Batista Conrado Martins; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria  
199 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.326, de  
200 **06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
201 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada  
202 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:**  
203 O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de  
204 multas (Acórdão nº 30.130). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
205 **145492012-00; Secretária de Meio Ambiente de Belém; Prestação de Contas – 2012;**  
206 Responsável: Camilla Penna de Miranda Figueiredo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério  
207 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;  
208 **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
209 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,  
210 com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
211 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**  
212 decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.131).  
213 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Presidência do Conselheiro  
214 Daniel Lavareda. **Processo nº 870032010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de**  
215 **Xinguara; Prestação de Contas – 2010;** Responsável: Cícero Cleuto de Abreu Oliveira;  
216 Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
217 Conselheiro Sérgio Leão; Advogado: Ubiaci Pires de Faria (OAB-PA nº 4.420); **Publicado no**  
218 **DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
219 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com  
220 ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A  
221 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das  
222 contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.132). Ausência, por ocasião da  
223 votação, do Conselheiro Cezar Colares. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
224 **714582009-00; Fundo de Desenvolvimento Municipal de Santarém; Prestação de**  
225 **Contas – 2009;** Responsável: Edna Reis Costa Araujo; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério  
226 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Contador:  
227 Raimundo da Silva Peleja; **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo  
228 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
229 se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator  
230 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu  
231 pela regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.133). Ausência,  
232 por ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloisio Chaves e Cezar Colares. Presidência do  
233 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 623972013-00; Fundo Municipal de Assistência**  
234 **Social de Redenção do Pará; Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Glaucia Darlene



235 Alves da Silva; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth  
236 Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto  
237 Alexandre Cunha (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro José Carlos Araújo); Publicado no  
238 DOE nº 33.326, de 06.03.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
239 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria  
240 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, no  
241 que foi ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à**  
242 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e  
243 o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.134).  
244 Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloisio Chaves e Daniel Lavareda.  
245 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 623992013-00; Fundo Municipal de**  
246 **Educação de Redenção do Pará; Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Manoel  
247 Messias Serafim dos Santos; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral  
248 Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro  
249 Substituto Alexandre Cunha (Processo Redistribuído do Gabinete do Conselheiro José Carlos  
250 Araújo); Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o  
251 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das  
252 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua  
253 proposta de **Decisão**, no que foi ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a  
254 **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento,  
255 aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual  
256 (Acórdão nº 30.135). Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloisio Chaves e Daniel  
257 Lavareda. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 624112013-00; Fundo**  
258 **Municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Redenção do Pará; Prestação de**  
259 **Contas – 2013;** Responsável: Fabiana Bartolomeu Alves; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério  
260 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar  
261 proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Processo Redistribuído do  
262 Gabinete do Conselheiro José Carlos Araújo); Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.  
263 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
264 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
265 Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, no que foi ratificada pelo  
266 Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu  
267 pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multa, e o encaminhamento de  
268 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.136). Ausência, por ocasião da  
269 votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**  
270 **nº 201106219-00; Associação Fazenda Embrião de Castanhal; Prestação de Contas de**  
271 **Convênio (Convênio nº 003/2010);** Responsável: Nelcy Maranhão Campos; Instrução: 4ª  
272 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:  
273 Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.



274 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
275 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
276 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
277 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação  
278 (Acórdão nº 30.137). Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloisio Chaves e José  
279 Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201213682-00;**  
280 **Associação Cristã Beneficente Bom Samaritano de Castanhal; Prestação de Contas de**  
281 **Convênio (Convênio nº 012/2012);** Responsável: Francisco Alves Ribeiro; Instrução: 4ª  
282 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio  
283 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo  
284 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
285 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
286 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
287 regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.138). Ausência, por  
288 ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloisio Chaves e José Carlos Araújo. Presidência do  
289 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201300050-00; Associação Castanhalense de**  
290 **Ciclismo de Castanhal; Prestação de Contas de Convênio (Convênio nº 019/2012);**  
291 Responsável: Cleyton Cristovão Faber; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:  
292 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no**  
293 **DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
294 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria  
295 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou  
296 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão de  
297 Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.139). Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros,  
298 Aloisio Chaves e José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
299 **201514046-00 (1280012010-00); Prefeitura Municipal de Ulianópolis; Recurso**  
300 **Ordinário** contra a decisão contida na Resolução nº 11.970 (**Contas de Governo**); Recorrente:  
301 Jonas dos Santos Souza; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
302 Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Contador: Rui Guilherme Rodrigues Lima;  
303 **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**  
304 **201514049-00 (1280012010-00); Prefeitura Municipal de Ulianópolis; Recurso**  
305 **Ordinário** contra a decisão contida no Acórdão nº 27.210 (**Contas de Gestão**); Recorrente:  
306 Jonas dos Santos Souza; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
307 Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Contador: Rui Guilherme Rodrigues Lima;  
308 **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**  
309 **201311433-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém;**  
310 **Aposentadoria (Portaria nº 0736/2013, de 17.06.13);** Interessada: Eva Tie Nasure;  
311 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio  
312 Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 07/2017); **Publicado no DOE nº 33.326, de**





313 **06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
314 dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
315 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
316 **unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.140). O Conselheiro Daniel Lavareda  
317 não profere Voto, nos termos do Art. 74 do RI/TCM-PA. Presidência do Conselheiro Daniel  
318 Lavareda. **Processo nº 201510114-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia;**  
319 **Ato – 2015;** Interessado: Valter Rodrigues Peixoto; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
320 Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.326, de**  
321 **06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
322 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
323 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
324 **unanimidade,** decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.937). Ausência, por ocasião  
325 da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
326 **Processo nº 201511359-00; Câmara Municipal de Santana do Araguaia; Ato - 2015**  
327 **(Resolução nº 002/2015);** Interessado: Eládio Luz de Sousa Filho; Ministério Público:  
328 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº**  
329 **33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
330 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**  
331 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
332 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.938). Ausência,  
333 por ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel  
334 Lavareda. **Processo nº 201611465-00; Câmara Municipal de Bannach; Subsídio - 2017**  
335 **(Resolução nº 010/2016, de 20.09.2016);** Interessado: Alcides Pereira dos Santos –  
336 Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara  
337 Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
338 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa  
339 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu  
340 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela negativa  
341 cadastramento do Ato (Resolução nº 12.939). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
342 **Processo nº 201611694-00; Câmara Municipal de Floresta do Araguaia; Subsídio -**  
343 **2017 (Resolução Nº 001/2016);** Interessado: Alécio da Costa Pessoa; Ministério Público:  
344 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE**  
345 **nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
346 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**  
347 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
348 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.940). Ausência,  
349 por ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel  
350 Lavareda. **Processo nº 201600136-00; Secretária Municipal de Saúde de Belém;**  
351 **Contratos Temporários;** Interessados: Olga Maria Domingues das Neves e Outros; Ministério



352 Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
353 **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
354 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi  
355 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
356 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.141).  
357 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro  
358 Daniel Lavareda. **Processo nº 201600636-00; Secretária Municipal de Saúde de Belém;**  
359 **Contratos Temporários;** Interessados: Josyana Matos Diniz e Outros; Ministério Público:  
360 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
361 **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
362 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi  
363 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
364 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.142).  
365 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro  
366 Daniel Lavareda. **Processo nº 201414037-00; Câmara Municipal de Marituba; Consulta –**  
367 **2014;** Interessado: A. C. Vicente Junior; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda, com pedido de  
368 Vista ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão do dia 18.09.14; **Publicado no DOE nº 33.326,**  
369 **de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu  
370 **VOTO VISTA:** *"Feitas as considerações, do mesmo modo, acompanho integralmente o posicionamento*  
371 *do Ilustre Relator Cons. DANIEL LAVAREDA, sugerindo adendo para fazer constar de sua decisão que à*  
372 *Câmara Municipal não possui capacidade jurídica para propor qualquer ação em juízo, por lhe faltar*  
373 *personalidade jurídica, o que foi aceito".* **Em votação:** na Sessão do dia 18.09.14, o Conselheiro  
374 Aloísio Chaves e a Conselheira Mara Lúcia acompanharam o Relator, na íntegra. Na presente  
375 Sessão, após o voto Vista, o Conselheiro Relator acompanhou o adendo do Conselheiro Cezar  
376 Colares. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a  
377 resposta à Consulta apresentada, com o adendo do Conselheiro Cezar Colares (Resolução nº  
378 12.941). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do  
379 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201313262-00; Câmara Municipal de**  
380 **Ananindeua; Diária – 2009 (Cadastro da Resolução nº 051/2009);** Interessado: Eliel  
381 Pereira Faustino Filho; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:  
382 Conselheiro Sérgio Leão, com pedido de Vista ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão do dia  
383 30/09/2014; **Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017.** Cumprindo dispositivo  
384 regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA:** *"Feitas as considerações, não*  
385 *vislumbro necessidade de reparos, razão pela qual: acompanho o Voto do Ilustre Relator originário que*  
386 *votou pelo CADASTRAMENTO da Resolução nº 05/2009, da Câmara Municipal de ANANINDEUA, que dispõe*  
387 *sobre valor de DIÁRIAS para Vereadores e Servidores, conforme disposto as folhas 34/35".* **Em votação:**  
388 na Sessão do dia 30.09.14, o Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro Daniel Lavareda  
389 acompanharam o Relator, na íntegra. Na presente Sessão, após o voto Vista, os Conselheiros,  
390 José Carlos Araújo, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães acompanharam o Relator, na íntegra. A



391 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do  
392 Ato (Resolução nº 12.942). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves.  
393 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201409711-00; Câmara Municipal**  
394 **de Santa Bárbara do Pará; Diária – 2014 (cadastro da Resolução nº 01/2014);**  
395 Interessada: Maria Luisa Valente de Matos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;  
396 Relatora: Conselheira Mara Lúcia, com pedido de Vista ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão do  
397 dia 04.09.14; Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017. Cumprindo dispositivo  
398 regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA**: *"Feitas as considerações, não*  
399 *vislumbro necessidade de reparos, razão pela qual: acompanho o Voto da Ilustre Relatora originária que*  
400 *votou pelo cadastramento da Resolução nº 01/2014, da Câmara Municipal de Santa Bárbara, que dispõe*  
401 *sobre valor de diárias para Vereadores e Servidores".* **Em votação**: na Sessão do dia 04.09.14, o  
402 Conselheiro Aloísio Chaves acompanhou a Relatora, na íntegra. Na presente Sessão, após o voto  
403 Vista, os Conselheiros, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Antônio José Guimarães e Sérgio  
404 Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
405 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.943). Ausência, por ocasião  
406 da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
407 **Processo nº 201220364-00; Prefeitura Municipal de Marabá; Outros – 2012;**  
408 Responsável: Maurino Magalhães de Lima; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;  
409 Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães, com pedido de Vista ao Conselheiro Cezar Colares  
410 na Sessão do dia 25/08/2015; Publicado no DOE nº 33.326, de 06.03.2017. Cumprindo  
411 dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA**: *"Feitas as*  
412 *considerações, do mesmo modo, considerando o louvável trabalho realizado pela Comissão de Auditoria,*  
413 *companho integralmente o posicionamento do Ilustre Relator Antônio José Guimarães que votou pela*  
414 *APROVAÇÃO do relatório proposto, com os devidos encaminhamentos".* **Em votação**: na presente  
415 Sessão, após o voto Vista, os Conselheiros, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, e  
416 Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
417 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.944). Ausência,  
418 por ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel  
419 Lavareda. **Processo nº 201702179-00; Prefeitura Municipal de Viseu; Outros – Decisão**  
420 **Monocrática Aplicação de Medida Cautelar (Ausência de Pregão Presencial);** Responsável: Isaías  
421 José Silva Oliveira Neto; Relator: Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o  
422 Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática em Medida Cautelar para  
423 deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art. 144 do RI/TCM/PA. A matéria foi  
424 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
425 decidiu homologar a Medida Cautelar adotada, com suspensão do pregão eletrônico (Acórdão nº  
426 30.143). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201702178-00; Câmara**  
427 **Municipal de Viseu; Outros – Decisão Monocrática Aplicação de Medida Cautelar (Ausência de**  
428 **Pregão Presencial);** Responsável: Edivaldo Gonçalves de Oliveira; Relator: Antônio José  
429 Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua  
430 decisão monocrática em Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º



431 do Art. 144 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a  
432 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada, com  
433 suspensão do pregão eletrônico (Acórdão nº 30.144). Presidência do Conselheiro Daniel  
434 Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. O  
435 Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra para submeter ao Plenário a seguinte proposta de  
436 Resolução: solicitação relativa ao Ofício nº 071/2017 – GP/DGP-AL. TCM-PA / ALEPA, pela prorrogação  
437 da cessão, sem ônus para este Tribunal, do servidor Alcimar Lobato da Silva à Assembléia Legislativa  
438 do Estado do Pará. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
439 Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a Resolução apresentada (Resolução Administrativa nº  
440 13/2017). **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**  
441 **ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e vinte minutos da qual foi lavrada a presente  
442 Ata.  
443 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em nove de março de  
444 dois mil e dezessete.  
445 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 017/2017, em vinte e um de março de dois mil e dezessete.  
446 Visto:

**Jorge Antônio Cajango Pereira**  
Secretário Geral

Conselheira Presidente **Daniel Lavareda**  
Presidente da Sessão

Conselheiro **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão